

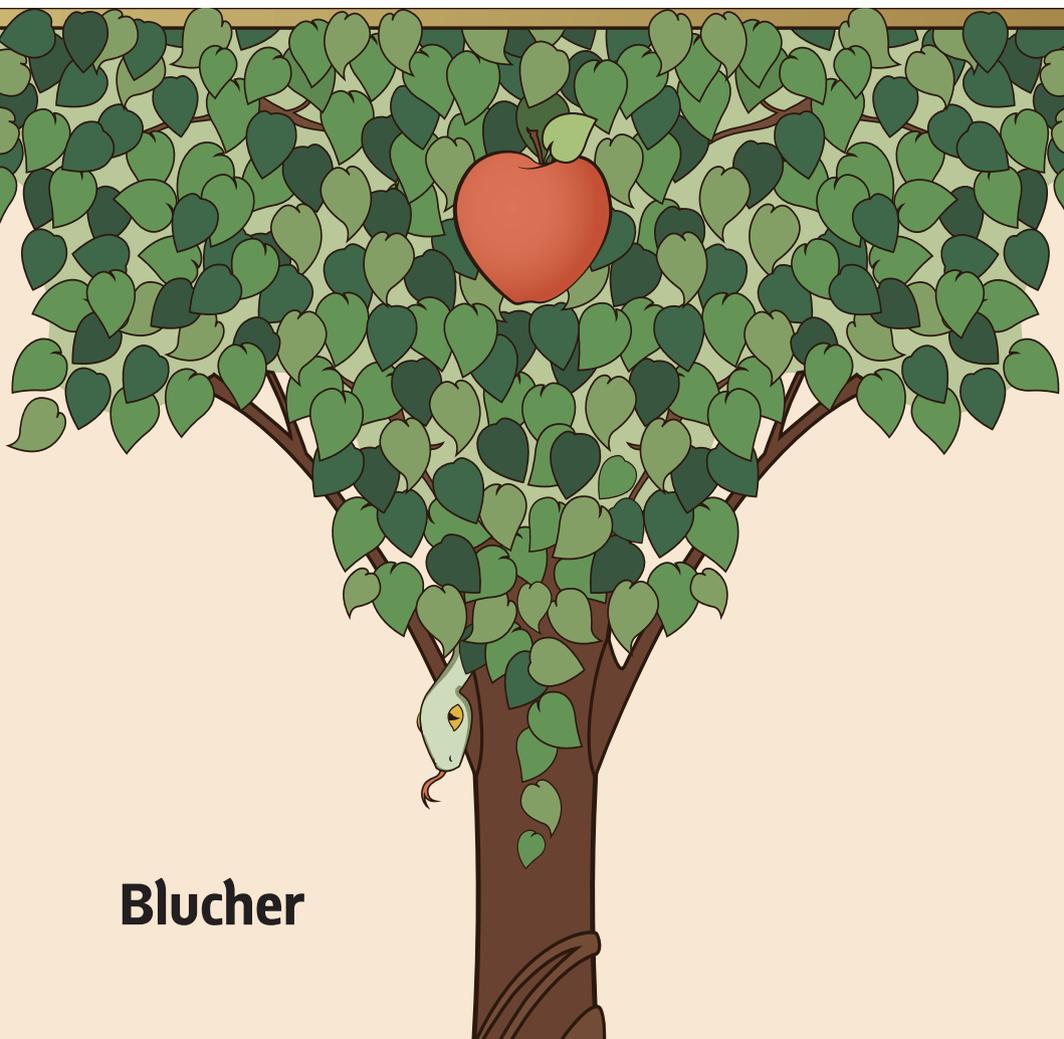
Flávio Ferraz

PSICANÁLISE

# A eternidade da maçã

*Freud e a ética*

3ª edição



**Blucher**

# A ETERNIDADE DA MAÇÃ

*Freud e a ética*

Flávio Ferraz

*3ª edição*

*A eternidade da maçã: Freud e a ética*

© Flávio Ferraz

Editora Edgard Blücher Ltda.

1ª e 2ª edições – Escuta, 1994

3ª edição – Blucher, 2024

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

*Coordenador da série* Flávio Ferraz

*Publisher* Edgard Blücher

*Editor* Eduardo Blücher

*Coordenador editorial* Rafael Fulanetti

*Coordenação de produção* Andressa Lira

*Produção editorial* Luana Negraes

*Preparação de texto* Bárbara Waida

*Diagramação* Negrito Produção Editorial

*Revisão de texto* Maurício Katayama

*Capa* Leandro Cunha

*Imagem da capa* iStockphoto

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

[contato@blucher.com.br](mailto:contato@blucher.com.br)

[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Ferraz, Flávio

*A eternidade da maçã : Freud e a ética* / Flávio

Ferraz. – 3. ed. – São Paulo : Blucher, 2024.

200 p. (Série Psicanálise Contemporânea / coord. de Flávio Ferraz)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2298-9

1. Psicanálise. 2. Freud, Sigmund, 1856-1939.

I. Título. II. Série.

24-3604

CDD 150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

# Conteúdo

Prefácio	9
<i>Daniel Delouya</i>	
<b>Parte I. Introdução</b>	<b>15</b>
1. Ética, moral e consciência moral: questões da filosofia	19
2. Julgamento moral e desenvolvimento cognitivo	25
3. A psiquiatria e os “distúrbios morais”	31
4. Psicanálise, ética e delinquência	39
<b>Parte II. A ética em Freud</b>	<b>49</b>
5. Renúncia e culpabilidade: pedras fundamentais	51
6. Histeria, fantasia e norma: a ética da psicanálise	67
7. A consciência moral na segunda tópica	79
8. O supereu e a psicopatologia: a “doença moral”	95

9. A civilização falida	107
10. Ética e caráter	121
<b>Parte III. O desenvolvimento das ideias de Freud</b>	<b>131</b>
11. Abraham: a cleptomania à luz da teoria da libido	135
12. Melanie Klein e a psicanálise da criança	143
13. Winnicott: “privação e delinquência”	155
Apêndice – Algumas consequências da teoria freudiana sobre a ética	163
Referências	175

# 1. Ética, moral e consciência moral: questões da filosofia

O conceito de *consciência moral*, tratado neste estudo sob o prisma da psicanálise, tem origem na filosofia. Mais precisamente: é um conceito pertencente ao campo da ética, e, como tal, é um tema exaustivamente abordado pela filosofia desde seus primórdios. Seria quase impossível, aqui, fazer um rastreamento significativo, ainda que sucinto, do tratamento que a consciência moral recebeu em tantos séculos de especulação filosófica.

Pode-se, porém, fazer um breve apanhado de algumas questões, tanto semânticas como propriamente filosóficas, imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Os termos *ética* e *moral* possuem, ao menos etimologicamente, o mesmo significado. *Ética* tem origem no grego *ethikós* e *moral*, no latim *mores*, mas ambos os termos se referem a *costume*.

No entanto, costuma-se atribuir significados diferentes a tais termos. Começando pelo uso mais corrente na língua portuguesa, encontram-se, no *Novo dicionário da língua portuguesa* (Ferreira, 1986), as seguintes definições:

- **Ética:** “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem

e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” (p. 457).

- **Moral:** “conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada” (p. 1158).
- **Consciência moral:** “a faculdade de distinguir o bem do mal, de que resulta o sentimento do dever ou da interdição de se praticarem determinados atos, e a aprovação ou o remorso por havê-los praticado” (p. 457).

Outros autores, em dicionários especializados em filosofia, corroboram tais definições. Ranzoli (1926), mesmo ressaltando que os termos *ética* e *moral* são, a rigor, sinônimos, admite que, no uso corrente, a palavra *ética* ficou reservada à designação da ciência moral, enquanto *moral* designa o fato moral, determinando as leis da conduta humana. Da mesma forma, Runes (1942), também lembrando da coincidência etimológica dos termos, reserva para *ética* o significado de estudo ou disciplina que tem por objeto os juízos de bem e mal, certo e errado, deixando para *moral* o sentido de designação dos códigos e dos costumes individuais ou de grupos.

Embora essa diferenciação entre *ética* e *moral* não seja adotada unanimemente pelos autores que se dedicam a esse tema, usarei os termos nas acepções aqui verificadas. Dessa forma, empregarei a palavra *moral* quando estiver em questão uma espécie de código de valores, seja social ou eminentemente pessoal. Não compartilho do costume linguístico que reserva para *ética* um significado mais nobre do que o de *moral*, como se o segundo termo fosse inferior por estar ligado a um código social de julgamento. Além do mais, é preciso ressaltar que fugiria da alçada do presente estudo um exame exaustivo da diferença semântica entre *moral* e *ética*.

Já a noção de consciência moral diz respeito mais propriamente ao objeto deste estudo, que é a reflexão sobre sua gênese e seu

desenvolvimento no indivíduo e na cultura. Este trabalho, apoiado basicamente nas descobertas da psicanálise, tem por finalidade traçar um estudo de cunho psicológico sobre a questão, ligando-se ao que se pode chamar de psicologia do desenvolvimento.

A reflexão sobre a ética ou a moral, enquanto conceitos, é mais apropriada à especulação filosófica. Segundo Kant (1785/1974), “a Metafísica dos Costumes deve investigar a ideia e os princípios duma possível vontade pura, e não as ações e condições do querer humano em geral, as quais são tiradas na maior parte da Psicologia” (p. 199). Assim, farei apenas uma ligeira menção à filosofia, com o objetivo de traçar uma definição dos termos que, ao menos originalmente, a ela pertencem.

Levarei em conta também a *ética social* (no sentido da regulação do relacionamento entre os seres humanos na cultura), que, em termos de Freud, seria o conjunto de exigências do *supereu cultural* que tratam das relações dos seres humanos uns com os outros (Freud, 1930/1980). Considero, a exemplo de MacIntyre (1982), que há uma coincidência entre vida social e moralidade: “os conceitos morais estão encarnados nas (e são parcialmente constitutivos das) formas da vida social. Uma chave para distinguir uma forma da vida social de outra consiste em descobrir diferenças nos conceitos morais” (p. 11).

Por consciência moral entendo uma faculdade de nosso aparato psíquico que estabelece juízos acerca do valor de nossos atos, dos quais podem decorrer sentimentos de satisfação ou de remorso, segundo a concordância ou a discordância de nossas ações em relação a ele. “Se a consciência psicológica é um espectador, a consciência moral é um juiz” (Huisman & Vergez, 1972, p. 187).

O uso do termo *consciência*, em português, pode ser ambíguo, na medida em que designa tanto a consciência psicológica como a consciência moral. Em inglês, no entanto, essa ambivalência

não existe, ficando a palavra *consciousness* reservada à consciência psicológica e a palavra *conscience* à consciência moral. Respectivamente, em alemão, empregam-se as palavras *Bewusstsein* e *Gewissen*. É claro que, embora as consciências psicológica e moral constituam conceitos diversos, elas não deixam de estar interligadas, visto que o problema moral somente se instala a partir da existência da consciência psicológica.

Seria possível aqui mencionar um grande número de modelos éticos encontrados desde a filosofia grega até a moderna filosofia ocidental, visto que praticamente todo grande pensador de que se tem notícia dedicou-se em algum momento às questões éticas ou morais: Sócrates, Platão e Aristóteles; Santo Agostinho e São Tomás de Aquino; Maquiavel e Spinoza; Hegel e Kierkegaard; Max Weber, Schopenhauer e Bergson; Marx e Sartre; e inúmeros outros. No entanto, isso foge a meus objetivos.

Se a concepção a respeito da natureza do *bem* e do *mal* pode variar de acordo com a época histórica ou com o modelo ético em questão, o objetivo da ética, que é exatamente a busca da distinção entre tais valores, sempre permaneceu intacto, desde a filosofia dos gregos antigos até a dos filósofos contemporâneos (Valls, 1992).

Para uma reflexão psicanalítica sobre a consciência moral, ou, se quisermos, sobre a formação de valores e a conduta de um indivíduo, seria de maior valia um modelo ético que se interessasse pela subjetividade ou pela personalidade. Essa preocupação aparece já em Sócrates – por meio de seu método da *maieutica* – e veio a culminar com Kant, cuja filosofia colocava o *dever* no centro das questões sobre o funcionamento de uma consciência moral livre, que deliberasse movida pela *boa vontade*.

Desse modo, é a *ética do dever* de Kant que teria um maior interesse para o presente trabalho, tanto por sua preocupação com a consciência moral como pela aproximação que Freud fazia de seu

conceito de *supereu* com o *imperativo categórico* kantiano. Aliás, a atenção que Freud dedicava às ideias de Kant não se restringiu a seu interesse pelo *imperativo categórico*, tendo mencionado a obra de Kant em algumas outras ocasiões (Freud, 1900/1980, 1905/1980c, 1911/1980a, 1915/1980b, 1920/1980, 1924/1980a, 1933/1980b e 1941/1980).

Para Kant (1785/1974), a consciência moral é, em essência, a pura *razão*, em oposição ao que seria uma consciência sentimental. Desse modo, uma ação moral deve ter a preocupação de respeitar a própria forma da razão, a única que deve fundamentar o dever.

Na moral kantiana, uma única coisa é incondicionalmente boa: a *boa vontade*, que pode ser expressa pela intenção moral. Portanto, para que determinada ação possa ser considerada moral, não basta que seja conforme à lei moral, mas é necessário que seja realizada por amor a essa mesma lei. O mérito moral pode ser avaliado precisamente pelo esforço que se faz no sentido de se submeter a natureza individual – ou as *inclinações* – à exigência do dever.

O sujeito da ação moral deve agir com autonomia, isto é, deve ser regido tão somente por si próprio. A moral de Kant não admite que sejamos regidos por outra autoridade que não nós mesmos, ou seja, exclui a heteronomia.

Um ser racional age segundo a *representação* das leis, isto é, segundo princípios que tomam corpo como *vontade*, concebida por Kant como *razão prática*. Mas ocorre que a vontade, *em si*, não é necessariamente conforme à razão. O princípio objetivo que funciona como obrigante para com a vontade é um mandamento da razão, que se exprime pelo verbo *dever*, e sua fórmula atende pelo nome de *imperativo*.

Os imperativos podem ordenar de forma hipotética ou categórica: “os hipotéticos representam a necessidade prática de uma ação possível como meio de alcançar qualquer outra coisa que se

quer (ou que é possível que se queira). O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade” (Kant, 1785/1974, pp. 218-219).

O imperativo da moralidade é um imperativo categórico, por meio do qual se torna possível um *reino dos fins*. A legislação que define a moralidade deve estar introyetada em cada ser racional, *de modo a brotar da sua vontade*. A fórmula universal do imperativo categórico seria então: “age segundo a máxima que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal” (Kant, 1785/1974, p. 235).

Veremos à frente como essas ideias de Kant a respeito da moral podem se interligar ao sistema moral freudiano, particularmente por meio da “voz” do supereu.

## 2. Julgamento moral e desenvolvimento cognitivo

A questão do julgamento moral envolve, decididamente, o desenvolvimento cognitivo. Se aqui examinarei a consciência moral pela ótica da teoria psicanalítica, privilegiando o lado afetivo que a envolve, isso não quer dizer que não reconheça o fato de que um julgamento moral pressupõe determinada capacidade cognitiva como condição necessária. Pode-se lembrar, nesse sentido, o pensamento de Dewey (1908/1981) a respeito dessa vinculação do juízo de valor à capacidade cognitiva:

*Uma pessoa normal não presenciara um ato de desusada crueldade sem imediata reação de desaprovação; sobrevêm, imediatamente, ressentimento e indignação. Uma criança reagirá nesse sentido quando alguém faz sofrer uma pessoa de quem gosta. Um adulto, porém, poderá reconhecer que o indivíduo que está infligindo o sofrimento é o médico, que está fazendo o que faz no interesse do próprio paciente. A criança considera o ato pelo que ele imediatamente se lhe apresenta e acha-o mau; a outra pessoa interpreta-o como elemento num*

*todo maior, e acha-o bom nesse sentido. Nessa diferença acham-se ilustrados, de modo rudimentar, os processos por meio dos quais – em atos espontâneos de favor e desfavor – desenvolve-se a ideia de padrão pelo qual devem ser reguladas a aprovação e a desaprovação. (p. 283)*

Essa ligação entre julgamento moral e desenvolvimento cognitivo, no exemplo de Dewey expressa pela faculdade de discernimento, nunca foi estranha à filosofia e à ciência. Entre os que se ocuparam com essa questão pode-se mencionar, além do próprio Dewey, Durkheim, Fauconnet, Bovet, Claparède e Baldwin (Piaget, 1932). Mas a abordagem científica, do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento cognitivo, foi efetivamente realizada por Piaget (1932), que investigou o julgamento moral da criança por meio de rigorosa metodologia, dentro do contexto maior de seu trabalho sobre o desenvolvimento cognitivo infantil.

Nesse sentido, seu trabalho sobre o julgamento moral da criança é uma espécie de continuidade de sua pesquisa mais geral sobre o desenvolvimento cognitivo. Para Piaget, o mecanismo do desenvolvimento moral racional é exatamente o mesmo do desenvolvimento da própria racionalidade (Flavell, 1975).

No livro *Le jugement moral chez l'enfant*, dedicado exclusivamente ao estudo da moralidade infantil, Piaget (1932) utiliza uma metodologia experimental para investigar a atitude da criança em relação às regras dos jogos, a avaliação que faz da culpabilidade diante de determinadas circunstâncias e sua noção de justiça. De acordo com seu procedimento metodológico geral, interpreta os resultados de suas pesquisas em termos de estágios de desenvolvimento. No entanto, os estágios do julgamento moral da criança dificilmente podem ser descritos rigorosamente em termos etários, visto que a variação individual que se verifica é enorme. Um estágio

pode se sobrepor a outro em termos de idade cronológica. Restam ainda as variações culturais, que desempenham papel preponderante nessa área.

Segundo o ponto de vista expresso por Piaget (1932) sobre o julgamento moral da criança – ponto de vista retomado por alguns de seus seguidores e estudiosos de sua obra, como Kohlberg (1963) e Flavell (1975) –, há dois tipos de moralidade na criança. O primeiro é a *moralidade heteronômica* ou *moralidade da representação*, característico da criança de até 7 ou 8 anos de idade, que é um reflexo do egocentrismo infantil. Essa moralidade é “formada no contexto das relações unilaterais entre a criança como a parte mais fraca e o adulto numa posição de superioridade” (Flavell, 1975, p. 300). Suas características seriam, de acordo com Kohlberg (1963): a) responsabilidade objetiva; b) imutabilidade das regras; c) absolutismo do valor; d) transgressão definida pela punição; e) dever definido como obediência ao adulto; f) desconhecimento da reciprocidade; g) justiça expiatória; h) justiça imanente; i) responsabilidade coletiva.

Nesse estágio, a criança ainda não tem a capacidade de conhecer o espírito da lei que a rege nem leva em conta as *intenções*. Sua moralidade é objetiva, calcada apenas nas consequências.

Já a criança mais velha possui outra moralidade, a *moralidade da cooperação*, que, ao contrário da anterior, caracteriza-se pela autonomia e pelo respeito mútuo. A moralidade da criança se guiaria, nessa fase, mais pelo interesse em relação à interação social do que pela imposição de sanções. Este nível *autonômico* da moralidade se caracterizaria, segundo Kohlberg (1963), por: a) responsabilidade julgada pela intenção; b) flexibilidade das regras; c) relativismo do valor; d) julgamento moral feito independentemente das sanções; e) dever definido em termos de expectativa dos pares; f) reciprocidade; g) justiça retributiva; h) causalidade naturalística; i) responsabilidade individual.

Piaget (1932) comparou suas conclusões com alguns pontos de vista relevantes no domínio das teorias psicossociológicas que tocam à criança, especialmente o de Durkheim, em sua teoria moral. Tecendo uma série de críticas ao ponto de vista desse autor, Piaget enfatiza uma diferença fundamental entre eles: enquanto para Durkheim toda moral é imposta pelo grupo ao indivíduo e pelo adulto à criança, para ele a moral independente é preparada pela solidariedade das crianças entre si próprias. Essa diferença, longe de ser uma mera questão teórica, implica diferentes concepções da pedagogia, campo em que Piaget se alinha mais com as ideias de Dewey (Piaget, 1932; Dewey, 1908/1981), que defendia uma *educação progressiva*, em uma escola que estimulasse “projetos grupais nos quais as crianças pudessem trocar ideias livremente em torno de uma tarefa intelectual comum e de seu interesse” (Flavell, 1975, p. 301).

Alguns autores estudaram as relações entre a teoria moral de Freud, representada pelo desenvolvimento do supereu, e a teoria do julgamento moral de Piaget, como Kohlberg (1963) e Nass (1966).

Nass (1966) estabeleceu uma comparação entre as posições de Piaget e de Freud sobre o desenvolvimento da consciência e mostrou que, ao se examinarem as características que praticamente opõem os dois tipos de moralidade infantil descritos por Piaget, pode-se perceber que o desenvolvimento da moralidade de acordo com a idade pressupõe uma gradativa diminuição das influências egocêntricas. Assim, mesmo trilhando um caminho essencialmente diferente do da psicanálise, é possível dizer que certas conclusões de Piaget se aproximam da teoria psicanalítica, que pressupõe a maturidade como resultado de uma passagem gradativa do funcionamento mental marcado pelo *princípio do prazer* para outro ditado pelo *princípio da realidade*.

A aproximação entre Freud e Piaget, no entanto, deve ser efetuada com cautela, em razão das próprias bases epistemológicas

presentes em cada uma das abordagens do desenvolvimento. Para a psicanálise, em oposição à psicologia cognitiva, não é possível o estabelecimento de fases sucessivas determinadas pela idade cronológica. Na esfera afetiva restará sempre uma parcela da pulsão sexual rebelde ao princípio da realidade e, portanto, ao processo secundário, o que problematiza sobremaneira a concepção de *maturidade*.



*Neste livro, como o leitor apreciará,* Flávio Ferraz atravessa cuidadosamente as produções freudianas, destacando aquelas que, automeadas ou não, permitem entender como a psicanálise contribui para o campo da ética; ou melhor, que conceitos psicanalíticos estão a compor o sujeito psíquico da consciência moral. Uma aproximação especial à ética, sem necessariamente fazer filosofia.

– *Marlene Guirado*

série

**PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA**

Coord. *Flávio Ferraz*

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2298-9



9 788521 222989



[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

**Blucher**



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

## A eternidade da maçã

Freud e a ética

---

Flávio Ferraz

ISBN: 9788521222989

Páginas: 200

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024

---